



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS
PARENTE – PI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE

MARCOS PARENTE

Nossa gente com mais qualidade de vida



CONTRATO Nº 004/2021

INSTRUMENTO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES A INPLANTAÇÃO DO SOFTWARE PARA SISTEMAS DE FOLHA DE PAGAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO E DEMAIS SERVIÇOS QUE ENVOLVEM VALORES A SEREM REPASSADOS AOS CONTRATADOS E SERVIDORES, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA E B P DA SILVA SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E ASSESSORIA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE**, representada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE-PI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Praça Dyrno Pires Ferreira, nº 261, Centro, Marcos Parente-PI, CNPJ nº 40.123.006/0001-70, neste ato representado pelx Ilmo. Secretárix Municipal de Administração, Sr. Allan Benvindo Rodrigues, domiciliado na Rua Bela, S/N, Centro, na cidade de Marcos Parente-PI, portador do CPF nº 010.604.623-38 e RG 12287466 - SSP-PI, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado **E B P DA SILVA SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E ASSESSORIA**, CNPJ: 40.123.006/0001-70, sediada na Rua Aldemar Mendes, Bairro Centro, Campo Maior-PI e neste ato representado pelo Sr. Emerson Bandeira Peres da Silva, portador do RG nº 1334943 SSP-PI e CPF 578.292.873-68 e daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram entre si o presente instrumento, conforme estabelecido no Processo Administrativo nº 006/2021 para contratação direta dos serviços através de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2021**, com fundamento no Art. 25, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente ajuste a **Contratação de Pessoa Juridica** para prestação de serviços concernentes a **accessoria de contabilidade na implantação do software para sistemas de folhas de pagamentos para o desenvolvimento das ações** financeiras do município e demais serviços que envolvem valores a serem repassados aos contratados e servidores e para atender, também, **as demandas locais emanadas** pelas necessidades da **Secretaria de Administração com relação ao setor de Finanças** da Prefeitura Municipal de Marcos Parente-PI.

FLS. 52
ASS.

1.4 O CONTRATADO fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 2.1 O objeto deste contrato será executado de acordo com as necessidades da Contratante mediante a apresentação da situação fática, devidamente individualizada, inclusive com os documentos necessários para instruir a prestação de contas a ser formalizada.
- 2.2 O objeto do presente contrato é a prestação, por parte do contratado, de serviços de acessoria de contabilidade na implantação do software para sistemas de folhas de pagamentos para o desenvolvimento das ações financeiras do município e demais serviços que envolvem valores a serem repassados aos contratados e servidores
- 2.3 Os serviços serão desenvolvidos na sede da Prefeitura Municipal de Marcos Parente-PI, com o apoio técnico dos funcionários do Município, compreendendo todas as áreas das quais os setores de contabilidade e Controladoria Geral, dependa das informações para realização da prestação de contas.
- 2.4 Para execução dos serviços a contratada manterá colaborador à disposição do Município, através de visitas *in locu*, bem como por intermédio de contatos remotos (E-mail, Telefone, etc).
- 2.5 Os trabalhos cuja execução não dependam de exame ou manuseio de documentos públicos do Município, mas tão somente o manuseio e tratamento da base de dados informatizados, poderão ser realizados na sede da contratada.
- 2.6 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, correndo a cargo da CONTRATANTE exclusivamente os valores referentes ao pagamento das despesas dos honorários mensais, conforme fixado na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1 O valor global do presente CONTRATO para as prestações de contas do exercício financeiro de 2021 é valor global de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) e pagamentos mensais iguais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
- 3.2 O pagamento parcelado será realizado na Secretaria Municipal de Finanças de Marcos Parente do Piauí, após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à prestação do serviço.
- 3.3 A nota fiscal referida acima deve apresentar os serviços executados.
- 3.4 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.
- 3.5 Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de execução do serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão da seguinte forma: P.A: 2009 - Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00, e Fonte de Recurso: PRÓPRIO (00)



CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2021, contado a partir de sua assinatura, com duração podendo ser prorrogado a critério do contratante, de acordo com o art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste contrato cabem à contratada:
- a) Zelar pela fiel execução do objeto contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto, emitindo opinião técnica fundamentada e capaz de balizar as decisões administrativas dos agentes públicos contratantes nos processos de prestação de contas.
 - b) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 71 da Lei 8.666/93, com suas alterações.
 - c) Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação.
 - d) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas que dão origem ao contrato.
 - e) A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei 8.666/93.
 - f) Apresentar mensalmente a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço pactuado.
 - g) Cumprir, durante a execução dos serviços, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
 - h) Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os esclarecimento e as informações técnicas pertinentes.
 - i) A CONTRATADA desempenhará os serviços enumerados nesse contrato com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, resguardando os interesses da CONTRATANTE, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais, sujeitando-se, ainda, às normas do Código de Ética Profissional do Contabilista, aprovado pela Resolução N° 803/96 do Conselho Federal de Contabilidade.
 - j) Responsabilizar-se-á a CONTRATADA por todos os prepostos que atuarem nos serviços ora contratados, indenizando à CONTRATANTE, em caso de culpa ou dolo.
 - l) A CONTRATADA assume integral responsabilidade por eventuais multas decorrentes de imperfeições ou atrasos nos serviços ora contratados, excetuando-se, os atrasos ocasionados por força maior ou caso fortuito, assim definidos em lei, bem como nos casos de atrasos na disponibilização de documentos ou informações que o contratante tenha dado causa
 - m) Responsabilizar-se-á a CONTRATADA por todos os documentos a ela entregues pela CONTRATANTE, enquanto permanecerem sob sua guarda para a consecução dos serviços pactuados, respondendo pelo seu mau uso, perda, extravio ou inutilização, salvo comprovado caso fortuito ou força maior, mesmo se tal ocorrer por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.
 - n) A CONTRATADA não assume nenhuma responsabilidade pelas consequências de informações, declarações ou documentação inidôneas ou incompletas que lhe forem apresentadas, bem como por omissões próprias da CONTRATANTE ou decorrentes do desrespeito à orientação prestada



FLS. 54
Ass.

- o) Responder civil e criminalmente, pelos danos, perdas e prejuízos que, por dolo, culpa ou responsabilidade na execução deste contrato, venha direta ou indiretamente causar, por si ou por seus empregados, à CONTRATANTE ou à terceiros.
- p) Refazer, às suas expensas, a entrega dos serviços executados em desacordo com o estabelecido neste contrato, e os que apresentem defeito ou incorreções, razão pela qual a CONTRATADA garantirá a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as demais obrigações decorrentes do contrato cabem à contratante:

- a) Proporcionar todas as facilidades, inclusive fornecendo os documentos necessários para que o contratado possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- c) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- d) Comunicar a(o) contratado(a) sobre possíveis irregularidades observadas nos serviços fornecidos, para imediata substituição;
- e) Reconhecer que os serviços técnicos contratados possui natureza intelectual e, portanto, não vincula a administrador que poderá adotar posicionamento diferente das orientações apresentadas pela contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para o justo preço da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer à repactuação do valor contratado, na forma da Legislação.

8.2 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), que deverá retratar a variação efetiva do custo dos serviços ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, o descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações ou a infringência de preceitos legais implicarão, segundo a gravidade da falta, na aplicação das seguintes penalidades administrativas à Contratada, na forma prevista nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/1993.

9.2 O contrato poderá ser rescindido nos termos do que dispõem os artigos 77 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

9.3 As penalidades pecuniárias serão, sempre que possível e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS
PARENTE – PI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



CONTRATADA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.4 Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste capítulo, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), contando o fundamento legal da punição.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Fica designado o servidor Ranieire Sousa da Chagas, portador do CPF: 044.787.063-79, como fiscal do presente Contrato, a qual acompanhará a execução do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais.

11.2 Constituem motivo de rescisão, os elencados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, com redação atualizada pela Lei 8.883/94.

11.3 A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei (art. 79, e seguintes, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Integra o presente contrato todos os documentos e informações que instruem o Processo Administrativo nº 006/2021, inclusive a proposta do Contratado, como se aqui estivesse transcrita.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

14.1 Fica eleito o foro de Marcos Parente, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

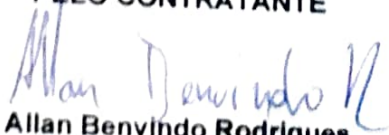
14.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marcos Parente-PI, 15 de janeiro de 2021.

SIGNATÁRIOS

PELO CONTRATANTE


Allan Benvindo Rodrigues
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
MARCOS PARENTE-PI

PELA CONTRATADA

**E B P DA SILVA SERVIÇOS DE
CONTABILIDADE E ACESSORIA**
CNPJ 40.123.006/0001-70



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS
PARENTE – PI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



TESTEMUNHAS:

1ª) Toyneira Pereira Costa RG ou CPF 046.625.483-06

2ª) Milly Vieira de Azevedo RG ou CPF 056-312.473-30



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO - PI
 Praça São Félix, Centro - Manoel Emídio, Estado do Piauí
 Fone: (0**99) 3538-1230 - CNPJ: 06.554.125/0001-48

PORTARIA Nº 022/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021.

Nomear MARIA DA GLÓRIA ROSA DE OLIVEIRA, CPF 285.527.918-62, para o cargo de Chefe do Departamento de Transporte Escolar do município de Manoel Emídio - Piauí.


A Prefeita Municipal de Manoel Emídio-PI, no uso de suas atribuições e conforme definido na Lei Orgânica Municipal, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Nomear MARIA DA GLÓRIA ROSA DE OLIVEIRA, CPF 285.527.918-62, para o cargo de Chefe do Departamento de Transporte Escolar do município de Manoel Emídio - Piauí.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO-PI, 01 de Janeiro de 2021.


 Cláudia Maria de Jesus Pires Medeiros
 Prefeita Municipal
 CPF: 451.717.693-26

CLÁUDIA MARIA DE JESUS PIRES MEDEIROS
 Prefeita Municipal de Manoel Emídio - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO - PI
 Praça São Félix, Centro - Manoel Emídio, Estado do Piauí
 Fone: (0**99) 3538-1230 - CNPJ: 06.554.125/0001-48

PORTARIA Nº 023/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021.

Nomear ALUISIO MEDEIROS DA SILVA, CPF 092.081.568-50, para o cargo de Chefe do Departamento de Transporte e Gerenciamento de Veículos e Máquinas do município de Manoel Emídio - Piauí.

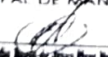
A Prefeita Municipal de Manoel Emídio-PI, no uso de suas atribuições e conforme definido na Lei Orgânica Municipal, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Nomear ALUISIO MEDEIROS DA SILVA, CPF 092.081.568-50, para o cargo de Chefe do Departamento de Transporte e Gerenciamento de Veículos e Máquinas do município de Manoel Emídio - Piauí.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO-PI, 01 de Janeiro de 2021.


 Cláudia Maria de Jesus Pires Medeiros
 Prefeita Municipal

CLÁUDIA MARIA DE JESUS PIRES MEDEIROS
 Prefeita Municipal de Manoel Emídio - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO - PI
 Praça São Félix, Centro - Manoel Emídio, Estado do Piauí
 Fone: (0**99) 3538-1230 - CNPJ: 06.554.125/0001-48

PORTARIA Nº 024/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021.

Nomear CIRILO PEREIRA DE SOUSA, CPF 107.499.518-00, para o cargo de Chefe do Departamento de Obras e Infraestrutura do município de Manoel Emídio - Piauí.

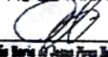
A Prefeita Municipal de Manoel Emídio-PI, no uso de suas atribuições e conforme definido na Lei Orgânica Municipal, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CIRILO PEREIRA DE SOUSA, CPF 107.499.518-00, para o cargo de Chefe do Departamento de Obras e Infraestrutura do município de Manoel Emídio - Piauí.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO-PI, 01 de Janeiro de 2021.


 Cláudia Maria de Jesus Pires Medeiros
 Prefeita Municipal
 CPF: 451.717.693-26

CLÁUDIA MARIA DE JESUS PIRES MEDEIROS
 Prefeita Municipal de Manoel Emídio - PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE - PI
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Processo Administrativo nº 006/2021

Referência: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2021.

FUNDAMENTO: Art. 25, II da Lei nº 8.666/93.

ESPÉCIE: EXTRATO DE CONTRATO, firmado entre o MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE - PI, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MARCOS PARENTE - PI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 06.554.133/0001-96, com sede na Pça. Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro, Marcos Parente - PI, e E B P DA SILVA SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E ASSESSORIA, CNPJ: 40.123.006/0001-70, rua Aldamar Mendes, Centro, Campo Maior-PI.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços concernentes a acessoria de contabilidade na implantação do software para sistemas de folhas de pagamentos para o desenvolvimento das ações financeiras do município e demais serviços que envolvem valores a serem repassados aos contratados e servidores e para atender, também, as demandas locais emanadas pelas necessidades da Secretaria de Administração com relação ao setor de Finanças da Prefeitura Municipal de Marcos Parente-PI.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 54.000,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Projeto/Atividade: 2009, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00, Fonte de Recursos PROPRIO.

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2021, contados da assinatura do contrato.

SIGNATÁRIOS: Pelo CONTRATANTE o Ilmo. Secretário Municipal de Administração, o Sr. Allan Benvido Rodrigues. Pelo CONTRATADO, E B P DA SILVA SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E ASSESSORIA, CNPJ 40.123.006/0001-70.